

# Nada intimida os camelôs

## Administrador promete ação

### COMERCIANTES SE DIZEM CANSADOS DE RECLAMAR DA CONCORRÊNCIA COM QUEM NÃO PAGA IMPOSTOS

Cada dia mais numerosos, os camelôs não desistem de invadir as principais áreas comerciais de Brasília, sem que nenhuma providência seja tomada, de concreto, para resolver o problema.

Os empresários, revoltados, enviam reclamações diárias ao presidente da Associação Comercial do DF, Carlos Magno que, por sua vez, alega que já tentou de tudo: assembléias com os ambulantes, negociação de áreas exclusivas, carta para a Administração de Brasília e para a Secretaria de Vigilância Sanitária.

Carlos Magno admite que não suporta mais tantas queixas e indefinições. "Sem uma ação política, o mercado informal vai continuar competindo com quem paga impostos; e ganhando".

Segundo pesquisa da Câ-

mara dos Dirigentes Lojistas (CDL), os comércios situados em área de concentração de camelôs têm até 50% de sua venda comprometida.

Além de representarem prejuízos para os cofres públicos e para setor produtivo, por causa da sonegação fiscal e da pirataria, os camelôs freqüentemente causam transtornos e dificultam a circulação dos pedestres, como ocorre nas calçadas do Setor Comercial Sul e na passarela que liga o Conjunto Nacional ao Conic.

Mas há quem defenda os camelôs, desde que sejam fixados limites. "É melhor eles estarem aqui vendendo do que na rua roubando, embo-

ra o tumulto que causam seja insuportável", afirma o profissional autônomo na área de informática, Augusto Cohen, 45 anos. Para resolver o problema, ele defende a criação

de setores exclusivos para os ambulantes.

A estudante Eliane Martins, de 19 anos, concorda. "Eles entram na nossa frente e isso é muito chato. Mas a culpa é de todos nós, que compramos".

Nem a ação dos fiscais da



NA CALÇADA do Conjunto Nacional, vendedores atrapalham passagem dos pedestres

Administração de Brasília intimidam os vendedores. Milnis Ranieri, de 23 anos, é camelô há quatro anos, desde que veio de Macapá, capital do Amapá, para o Recanto das Emas. Lá, ele tinha uma fábrica de calcinhas, mas não se arrepende de ter mudado de profissão. "Não adianta mentir: camelô ganha bem. Chego a tirar R\$ 900 por mês", revela.

Milnis vende radinhos,

pillhas e carteiras, todos vindos do Paraguai. A pequena margem de lucro – em média R\$ 0,40 por produto – é compensada pela grande quantidade vendida. "Fazemos qualquer negócio; o importante é agradar o cliente e fazê-lo levar o produto", explica.

Para garantir a receita mensal, ele trabalha de domingo a domingo, sempre na passarela entre a Rodo-

viária e o Conjunto Nacional. "Meu ponto é aqui, onde as pessoas da cidade estão".

Apesar de ser favorável à idéia de se criar um local exclusivo para os vendedores ambulantes, Milnis não acredita que a medida impediria a existência do mercado informal. Por ser uma área de grande fluxo, o centro do Plano Piloto representa para os ambulantes a garantia de venda durante todo o ano.

Segundo o presidente da Associação Comercial do DF, Carlos Magno, o melhor caminho para se resolver o problema é formalizar a profissão. "Esses profissionais devem pagar impostos e ter local de trabalho próprio", afirma. Para isso, segundo ele, o governo deveria oferecer incentivos ao empresário que alugasse uma área para os camelôs. Outra solução, ressalta, é o aluguel de áreas do próprio governo a valores acessíveis.

O administrador de Brasília, Fernando Godoy, informou que já estão sendo feitos debates envolvendo os setores públicos e os vendedores ambulantes. Ele garante que os camelôs estão dispostos a negociar e que não levará muito tempo para que o governo escolha um local exclusivo para eles. Apesar de não haver uma data prevista, a área mais cotada, de acordo com o administrador, é o terreno público ao lado da Rodoferroviária.

"Estamos buscando uma medida que atenda à população, aos ambulantes e aos empresários. Partimos do pressuposto de que o trabalho dos camelôs precisa ser formalizado e de que eles devem sair de onde estão o mais rápido possível", explica o administrador Fernando Godoy.



MILNIS Ranieri não se queixa. Ele fatura R\$ 900 por mês

## Lojistas apontam perdas de até 50%

Nem só de camelôs vive o mercado informal. Outro problema causa prejuízos e preocupa os lojistas: as feiras itinerantes. De acordo com pesquisa da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), há uma perda de 10% a 15% nas vendas do DF por causa de feiras e camelôs. Em locais de concentração, o prejuízo chega a 50%. "É uma concorrência desleal", desabafa o presidente da CDL, Pedro Américo.

O efeito do mercado itinerante para o comércio é desastroso justamente nas épocas mais lucrativas do ano, que antecedem datas comemorativas. São esses os

períodos em que as feiras se instalam na cidade, atraindo o público e anulando os investimentos do comércio. "Ao trocar as lojas pelas feiras itinerantes ou camelôs, estimulamos e desemprego e a isenção fiscal", ressalta o Pedro Américo.

Além de serem isentos da maior parte dos impostos e taxas, os vendedores informais não pagam aluguel e não têm custos com empregados. Por isso conseguem, em geral, vender produtos a preços mais baixos que os empresários. Estes, por sua vez, oferecem garantias ao consumidor, mas têm de arcar com custos maiores, que

encarecem o produto e causam a queda nas vendas. Nessa competição, desigual, é dado mais um passo para o desemprego. "Quem não vende demite", ressalta Fernando Raposo, prefeito de uma das áreas mais prejudicadas pelo mercado informal, o Setor Comercial Sul.

Segundo ele, a insatisfação dos empresários e comerciantes é geral. "Todos me ligam pedindo providências. As Lojas Americanas, por exemplo, têm sido muito prejudicadas pelas barracas em suas portas". Os setores da indústria mais afetados são os de confecção, calçados, CDs, presentes e eletro-

eletrônicos – produtos muito visados pelos ambulantes.

Fernando Raposo é categórico ao dizer que o comércio informal é predatório. "E o pior é que está se transformando numa indústria da invasão", ressalta. Ele explica que as eventuais apreensões de mercadorias pelos policiais militares e civis não surtem efeito. "Só adiantaria se fosse todo dia".

Até o Ministério Público já determinou a retirada dos ambulantes do centro de Brasília, mas o efeito durou pouco. "Faltaram ações fiscalizatórias e preventivas depois da determinação", opina Carlos Magno.